

Praia: Sociólogo defende valorização das comunidades locais para reforçar justiça social em Cabo Verde

[Início](#) | Sociedade



20/02/26 - 05:58 pm

Cidade da Praia, 20 Fev (Inforpress) — O sociólogo guineense Miguel Barros defendeu hoje, na Praia, a necessidade de colocar as comunidades locais no centro das políticas públicas como forma de promover maior coesão e justiça social em Cabo Verde.

A posição foi manifestada durante uma palestra realizada no âmbito das actividades para assinalar o Dia Mundial da Justiça Social, sob o lema “Reinventando comunidades: imaginar novos caminhos para a intervenção e justiça social em Cabo Verde”, promovida pela Associação Abraço.

Segundo o especialista, é fundamental reconhecer o papel das comunidades, sobretudo as periféricas e marginalizadas, na construção de soluções para os seus próprios desafios.

“Como é que comunidades marginalizadas ou periféricas estão a imaginar o seu próprio contexto? De que forma é que estão a reinventar formas de resistência que permitam dialogar com políticas públicas, mesmo muitas das vezes sendo excluídas dos processos de formulação dessas políticas públicas?”, questionou.

Miguel Barros sublinhou ainda que muitas das respostas para os desafios sociais do país podem ser encontradas em práticas tradicionais cabo-verdianas que foram sendo abandonadas ao longo do tempo.

“Eu creio que não precisamos, na verdade, de novas abordagens. Nós precisamos visitar as abordagens que foram abandonadas, marginalizadas, excluídas ou invisibilizadas, na perspectiva de que essas abordagens possam permitir encontrar caminhos para a coesão social”, afirmou.

Como exemplo, apontou o sistema de solidariedade conhecido como “djunta mon”, destacando o seu impacto na integração económica das populações mais vulneráveis.

“Até prova do contrário, não há outro mecanismo que tenha permitido classes subalternas de terem uma integração económica, através do mecanismo de solidariedade e dessa expressão de possibilitar pessoas de baixa renda terem ingresso na vida económica”, explicou.

O sociólogo defendeu, igualmente, a valorização dos saberes comunitários ligados à alimentação e à conservação de produtos tradicionais, considerando que podem contribuir para a segurança alimentar e para a autonomia das comunidades.

Neste sentido, sublinhou que “quem tem a capacidade de trazer esses saberes são as comunidades tradicionais, são as comunidades locais”.

Para Miguel de Barros, as políticas públicas devem reconhecer esses conhecimentos e experiências locais, colocando as comunidades como protagonistas dos processos de transformação social.

“As comunidades têm de ser o centro da transformação e não apenas receptores das políticas exógenas que o Estado acaba por adoptar e que não têm nenhum impacto”, concluiu.

TC/HF

Inforpress/Fim